



## Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 24 de janeiro de 2022

# Tecnologia 5G na UE precisa de uma dose de reforço

Num relatório especial hoje publicado, o Tribunal de Contas Europeu (TCE) apela a que a UE dê um novo impulso para reforçar o lançamento da tecnologia 5G, a nova norma mundial de comunicações sem fios para as redes móveis. Os Estados-Membros registaram atrasos consideráveis na implantação das suas redes 5G, o que está a pôr em risco a realização dos objetivos da UE em termos de acesso e cobertura. Paralelamente, o TCE afirma que são necessários esforços suplementares para resolver as questões de segurança na implantação da tecnologia 5G de forma coerente e concertada.

Os serviços 5G são essenciais para uma vasta gama de aplicações que trazem benefícios para muitos setores da economia da UE e para a vida quotidiana dos cidadãos. Estima-se que a tecnologia 5G poderá chegar a acrescentar 1 bilião de euros ao PIB europeu entre 2021 e 2025 e tem potencial para criar ou transformar até 20 milhões de empregos. Embora esta tecnologia proporcione muitas oportunidades de crescimento, acarreta certos riscos, como o aumento da dependência devido ao pequeno número de fornecedores capazes de construir e explorar redes 5G e os riscos associados à interferência de "intervenientes estatais hostis".

No seu plano de ação de 2016, a Comissão Europeia fixou 2025 como prazo para a implantação da tecnologia 5G em todas as zonas urbanas e todas as principais vias de transporte. Em março do ano passado, estabeleceu um novo objetivo de alcançar a cobertura 5G em toda a UE até 2030. No entanto, o TCE observa que apenas metade dos Estados-Membros incluiu esses objetivos nas suas estratégias nacionais para a tecnologia 5G. A Comissão apoiou os Estados-Membros na realização destes objetivos através de diferentes iniciativas, orientações e financiamento. Contudo, nunca definiu claramente a qualidade esperada dos serviços 5G, o que, sublinha o TCE, poderá levar a desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços 5G em toda a UE, aumentando ainda mais o "fosso digital".

*"No conjunto da UE, até 2025 serão gastos 400 mil milhões de euros no desenvolvimento de redes 5G para apoiar o futuro crescimento económico e a competitividade. Porém, com muitos Estados-Membros atrasados, a UE está ainda longe de colher os benefícios da tecnologia 5G", afirmou Annemie Turtelboom, Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "Além disso, as estratégias dos Estados-Membros em matéria de segurança das redes 5G e, em especial, a necessidade de uma ação concertada, continuam a ser uma questão de importância estratégica para a soberania tecnológica da União e para o mercado único."*

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em [www.eca.europa.eu](http://www.eca.europa.eu).

## ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu) @EUAuditors [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)

Todos os Estados-Membros, com exceção de Chipre, da Lituânia, de Malta e de Portugal, cumpriram o objetivo intermédio de 2020 de ter pelo menos uma grande cidade com acesso a serviços 5G. No entanto, muitos países da UE não estão no bom caminho com a implantação das suas redes 5G. A Comissão considera que, para dezasseis deles, a probabilidade de alcançar o objetivo para 2025 é, na melhor das hipóteses, média (República Checa, Alemanha, Estónia, Irlanda, Lituânia, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal e Eslovénia) e, na pior das hipóteses, baixa (Bélgica, Bulgária, Grécia, Croácia e Chipre). Até novembro de 2021, 23 Estados-Membros ainda não tinham transposto a diretiva da UE, que estabelece, entre outras ações, prazos para a atribuição de faixas pioneiras na tecnologia 5G. O TCE sublinha que, ao atual ritmo de execução, é muito provável que os objetivos da União para a atual década não sejam atingidos.

A implantação da tecnologia 5G é indissociável de questões de segurança. Os fornecedores estabelecidos em países da UE são obrigados a cumprir as normas e os requisitos legais da União, mas seis dos oito maiores fornecedores, como a Huawei (China) e a Samsung (Coreia do Sul), não estão estabelecidos na UE. A legislação de países terceiros pode diferir consideravelmente das normas da União, por exemplo em termos de proteção de dados pessoais. O TCE manifesta o seu receio com o facto de os utilizadores da UE poderem estar sujeitos a legislação estrangeira quando os centros de controlo estão situados fora da União. A Comissão reagiu rapidamente quando a segurança das redes 5G se tornou uma grande preocupação a nível da UE, tendo adotado o conjunto de instrumentos da UE em matéria de cibersegurança das redes 5G em janeiro de 2020. Contudo, foi demasiado tarde para alguns operadores de redes móveis que já tinham selecionado os seus fornecedores.

O TCE observa também que, apesar da natureza transfronteiriça das questões de segurança das redes 5G, são poucas as informações disponíveis sobre a forma como os países da UE lhes dão resposta, em particular no respeitante aos fornecedores de risco elevado. Esta situação dificulta a adoção de uma abordagem concertada por parte dos Estados-Membros e limita igualmente a capacidade de a Comissão propor melhorias na segurança das redes 5G. O TCE constatou que, na prática, dado que as medidas contidas na caixa de ferramentas não têm efeito vinculativo, os Estados-Membros aplicam estratégias divergentes no que diz respeito à utilização de equipamento de fornecedores específicos ou ao âmbito das restrições a fornecedores de risco elevado. Além disso, se os Estados-Membros excluírem os fornecedores de risco elevado das suas redes sem qualquer período transitório, os custos de substituição gerados poderão ser elevados. Atualmente, não é claro se a compensação por estes custos poderá ser considerada auxílio estatal e se o apoio estaria em conformidade com as regras de concorrência da UE.

Até à data, a Comissão não avaliou o impacto potencial de um Estado-Membro construir as suas redes 5G utilizando equipamento de um fornecedor considerado de risco elevado noutro Estado-Membro. Este cenário poderá afetar a segurança transfronteiriça e até mesmo o funcionamento do próprio mercado único da UE, alerta o TCE.

### **Informações de base**

O Relatório Especial 03/2022, *Lançamento da tecnologia 5G na UE: atrasos na implantação das redes e questões de segurança ainda por resolver*, está disponível no sítio Web do TCE ([eca.europa.eu](https://eca.europa.eu)).

O relatório hoje apresentado complementa outros trabalhos realizados nos últimos anos, em especial os documentos de análise sobre a [resposta da UE à estratégia de investimento estatal da](#)

[China](#) e a [política de cibersegurança da UE](#), bem como os relatórios especiais sobre a [digitalização da indústria europeia](#) e a [ligação de banda larga nos Estados-Membros](#).

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas, como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil. A grande maioria das recomendações formuladas nos relatórios é posta em prática.

### **Contactos para a imprensa**

Serviço de imprensa do TCE: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu)

- Vincent Bourgeois: [vincent.bourgeois@eca.europa.eu](mailto:vincent.bourgeois@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 691 551 502
- Claudia Spiti: [claudia.spiti@eca.europa.eu](mailto:claudia.spiti@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 691 553 547